SUCESSÃO TRABALHISTA COM ÊNFASE NAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

Lucas Miguel de Camargo¹

João Roberto Cegarra²

Carolina Menck Cegarra³

Resumo: As serventias extrajudiciais conquistaram espaço na atual Constituição Federal, trazendo mudanças na sua natureza jurídica. Considerando que o ingresso para as atividades extrajudiciais depende de aprovação em concurso público de provas e títulos (artigo 236, §3º, CF/88), o candidato aprovado não recebe a delegação por transmissão do titular anterior de forma derivada, mas sim de modo originário, afastando assim as obrigações pretéritas - inclusive no que tange à sucessão trabalhista. A sucessão consiste na transferência da titularidade, de uma pessoa jurídica ou física para outra, que deve explorar as mesmas atividades do sucedido, servindo-se da mesma unidade econômico jurídica. Entrementes, o titular da serventia não adquire um negócio para ser explorado, recebendo tal delegação do Poder Público para a prestação de serviços relevantes para toda a sociedade, afastando, dessa forma, o instituto da sucessão trabalhista.

Palavras- chave: Cartórios. Serventias extrajudiciais. Sucessão trabalhista.

Abstract: Extrajudicial service roads conquered space in the current Federal Constitution, bringing changes in its legal natur. Whereas the entry for the extra-judicial

¹ Graduado em Direito pela Associação Educacional do Vale da Jurumirim, EDUVALE, Brasil (2015). Pós-graduando em Direito Notarial e Registral, pela instituição Damásio de Ensino. Substituto no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas e Tabelionato de Notas da Sede da Comarca de Paranapanema/SP. Contato: lucasm.camargo@hotmail.com

² Pós-graduado em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduado em Direito Público pela Universidade Anhanguera-UNIDERP. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Anhanguera- UNIDERP. Professor dos Cursos de Direito e Administração de Empresas na Faculdade EDUVALE de Avaré. Assistente de Juiz- TRT 15ª Região. Graduado em Administração de Empresas pela FACCA. Contato: cegarra@uol.com.br

³ Acadêmica do 10º semestre de Direito com ênfase em Direito Público da Faculdade PUC Campinas/SP. Monitora de Direito Constitucional na mesma instituição. Contato: carolmenck_@hotmail.com.

activities subject to approval in a public contest of tests and titles (Article 236 , paragraph 3, CF / 88) , the successful candidate does not receive the delegation transmission of the previous holder derivatively , but so originating and thus remove the preterit obligations - including those related to labor succession . Succession is the transfer of ownership of a legal or natural person to another, which should explore the same activities of the event, serving up the same legal economic unit. Meanwhile, the holder of usefulness does not acquire a business to be exploited, receiving such a delegation of the Government for the provision of relevant services to the whole society, away, thus the institution of labor succession.

Key words: Notary Offices. Extrajudicial registry offices. Succession labor.

INTRODUÇÃO

Fala-se em Era Pós- Constitucional devido à grande modificação nas estruturas extrajudiciais, bem como no seu regime jurídico. Antes do advento da Constituição Federal, as serventias extrajudiciais eram passadas de pai para filhos, sendo, inclusive, objetos de testamentos, configurando um verdadeiro monopólio. Antes do advento da Carta atual, os Tabeliães e Oficiais eram escolhidos pelos seus governantes.

A Constituição Federal de 1988 trouxe inovações para as serventias extrajudiciais, modificando sua estrutura ao atribuir caráter privado por delegação do Poder Público. Uma das inovações trazidas pela Carta foi a abolição da expressão “cartórios”, pois, segundo Silveira (2011, pág. 19):

A Constituição Federal, em seu art. 236, *caput*, alterou a nomenclatura dada aos “cartórios”. Passou a chamá-los de serviços notariais e de registro [...] a eliminação da palavra “cartório” ainda não foi amplamente adotada. No entanto, é preciso que carimbos, certidões, envelopes, ofícios e outros documentos apresentem a inscrição “Serviço Registral das Pessoas Naturais” ou “Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais”, e não mais “CARTÓRIO”. Ao delegar a um particular essa função pública, o Estado continua como o titular do serviço. Portanto, a expressão tantas vezes usada – “dono (a) de cartório” não tem razão de ser.

Hoje, o ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que uma serventia fique vaga, sem abertura de concurso público de provimento ou de remoção por mais de seis meses. Com as modificações trazidas pela Constituição Federal de 1.988, os contratos de trabalho dos

funcionários das serventias passaram a ser regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Atualmente, apesar da ligação com o Poder Público, as serventias extrajudiciais são entes despersonalizados. Seus titulares, após aprovação, responderão por seus atos praticados no desenvolvimento de suas funções. Com isso, eventuais lides deverão ser propostas em face do titular e não em face do “Cartório”.

Insta ressaltar que a atividade notarial e registral é regulamentada pelo artigo 236 do Magno Texto e pela Lei nº 8.935/94. Contudo, referidos diplomais não fazem menção à sucessão trabalhista.

Finalmente, em se tratando da aplicação da CLT nos contratos de trabalho dos funcionários das serventias extrajudiciais, faz-se necessário apresentar o instituto da sucessão trabalhista e, de modo especial, a sua (in) aplicabilidade à hipótese objeto deste estudo.

1. DOS “CARTÓRIOS” EXTRAJUDICIAIS

Os cartórios sempre fizeram parte da sociedade, muito se discutindo do seu real surgimento. Fato é que, dentre tantas posições, a que parece mais aceitável é a de que os cartórios surgiram com as igrejas. Antigamente, questionava-se alguma forma de validar os contratos celebrados e, diante da precariedade da época, a Igreja toma frente ao Estado e assume o papel de escrituração e validação dos negócios jurídicos. Tal poder incumbia aos padres, pois eram consideradas pessoas cultas e dotadas de sabedoria. Além da celebração dos contratos, cabia à Igreja realizar os registros de nascimentos, casamentos e óbitos.

Em tempos hodiernos, os cartórios ou serventias extrajudiciais desenvolvem atividades de caráter privado e independente de prestação de serviços. Porém, apesar da independência, são ligados ao Poder Judiciário no que se refere à fiscalização. Tais serventias não possuem personalidade jurídica própria, visto tratar-se apenas de delegações realizadas pelo Poder Judiciário aos particulares, aprovados em concurso público de provas e títulos.

A remuneração de seus titulares se dá exclusivamente através dos emolumentos pagos pelos interessados, descontados os repasses obrigatórios, variáveis de uma

serventia a outra, dependendo do volume de serviços prestados. Com base na ideia de que as serventias são independentes e não possuem ligação com o Poder Judiciário, em regra seus titulares responderão por seus atos praticados no desenvolvimento de suas funções, devendo eventuais lides serem propostas em face do titular e não da serventia (ou “cartório”).

As serventias são personificadas no seu titular, possuindo, inclusive, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, apenas para certos propósitos técnicos, como por exemplo, o recolhimento de contribuições previdenciárias.

2. DAS ATIVIDADES NOTATORIAIS E DE REGISTRO

Conforme consta no artigo 236 da Constituição Federal: “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”, ocorrendo o ingresso do concursando mediante aprovação no concurso público de provas e títulos.

Deste modo, a lei definirá a fiscalização, pelo Poder Judiciário, dos atos praticados pelos titulares, o que poderá ocorrer mediante correições ordinárias ou extraordinárias. Essas correições têm como objetivo fiscalizar, inspecionar e acompanhar o desempenho do titular em suas atividades, também se verificando as regularidades e a legalidade da atividade notarial e extrajudicial. As correições ordinárias serão realizadas anualmente, enquanto que as extraordinárias, a qualquer tempo.

Conforme explanado, os serviços extrajudiciais serão exercidos em caráter privado, através da delegação do Poder Público, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, por conta e risco exclusivamente do titular da serventia, conforme artigo 22, da lei nº 8.935/94:

“Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros, direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos”.

Porém, havendo insuficiência de fundos da serventia, a Administração Pública deverá arcar com o ressarcimento de danos causados a terceiros. Caso não houvesse tal

intervenção, violar-se-ia o princípio da solidariedade. Seguindo esse raciocínio, posicionou-se o Supremo Tribunal Federal:

“RESPONSABILIDADE OBJETIVA - ESTADO - RECONHECIMENTO DE FIRMA - CARTÓRIO OFICIALIZADO. Responde o Estado pelos danos causados em razão de reconhecimento de firma considerada assinatura falsa. Em se tratando de atividade cartorária exercida à luz do artigo 236 da Constituição Federal, a responsabilidade objetiva é do notário, no que assume posição semelhante à das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos - § 6º do artigo 37 também da Carta da República” (STF, RE 201.595-4/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, Segunda Turma, DJU 20.4.2001).

Interessante frisar, também, que os serviços prestados pelos titulares deverão obedecer aos princípios básicos da Administração Pública, elencados no artigo 37 da Constituição Federal, tais como:

Legalidade: o titular da serventia somente pode agir do modo que a lei determina ou autoriza, pautando-se pelo critério de subordinação à lei, diferentemente do Direito Privado, onde se adota um critério de não contradição à lei.

Impessoalidade: o titular da serventia deverá exercer suas funções de forma impessoal, com ausência de subjetividade em seu exercício, visando o interesse coletivo.

Moralidade: o titular, bem como seus prepostos, deverão trabalhar honestamente, de modo a afastar o desvio de finalidade e de poder. Assim, quando há a prática do ato, deve-se fazer com probidade e boa-fé. Para Silveira, (2011, pág. 20):

O titular deve agir dentro da moralidade, mesmo que essa atitude implique na perda de serviços. (...), as pessoas perceberão que aquele delegatário que se orienta pela moralidade/legalidade, ainda que seja tachado de “muito exigente”, é o que, na verdade, presta serviços que garantem a segurança e a eficácia dos atos jurídicos.

Publicidade: em regra, por esse princípio, todos os atos praticados pelos tabeliães e registradores serão públicos, garantindo a eficácia dos negócios jurídicos para que estes realizem seus efeitos. Excepcionalmente, não são públicos os atos que colocam em risco a intimidade, a vida privada ou a honra das pessoas (art. 5º, X, CF), bem como colocar em risco a segurança do Estado e da sociedade (art. 5º, XXXIII, CF), entre outros.

Eficiência: incluído pela EC nº 19 de 04/06/1998, faz com que os serviços extrajudiciais sejam realizados com presteza e uso adequado de recursos.

As atividades notariais se subdividem em registro civil das pessoas naturais, registro civil de pessoas jurídicas, registro de imóveis, registro de títulos e documentos, tabelionato de notas e tabelionato de protestos.

No que se refere ao Registro Civil das Pessoas Naturais:

É a serventia que dá entrada a todas as outras modalidades de serviços extrajudiciais. Não só a esses serviços, mas ao mundo jurídico como um todo, que abarca os direitos e deveres inerentes à vida em sociedade. O primeiro ato jurídico relativo ao ser humano neonato “civilizado” é seu registro de nascimento, o qual o insere no mundo “real”, ao tornar visível sua cidadania. Silveira (2011, pág. 43).

O Registro Civil das Pessoas Naturais tem por fim documentar e perpetuar todos os atos da vida civil de cada brasileiro, tais como o nascimento, o casamento e por fim o óbito, podendo nesse meio termo ocorrer a emancipação, interdição e decretação de ausência do indivíduo.

Com relação ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas, serão registrados todos os atos das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, bem como de algumas pessoas jurídicas que tenham tal finalidade, além de empresas e veículos de comunicação, haja vista que somente com o registro que se adquire a personalidade jurídica.

Em se tratando do Registro de Títulos e Documentos, serão feitas as transcrições de instrumentos particulares para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor do penhor comum sobre coisas móveis, da caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, do contrato de penhor; do contrato de parceria agrícola; do mandato judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência entre as partes e para quaisquer documentos necessários a sua conservação. A certidão de um documento registrado terá o mesmo valor do documento original.

Compete ao Registro de Imóveis, em geral, a transcrição, a inscrição e a averbação de títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintivos de direitos reais sobre imóveis, reconhecidos em lei “*inter vivos*” e “*causa mortis*”, quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros, quer para sua disponibilidade, conforme artigo 168, §1º, da Lei nº 6.015/73.

No concernente aos Tabelionatos de Notas, compete formalizar juridicamente a vontade das partes; intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas do seu conteúdo, bem como autenticar fatos. Compete ainda lavrar escrituras e procurações públicas, lavrar testamentos públicos e aprovar testamentos cerrados, lavrar atas notariais, reconhecer firmas e autenticar cópias.

Diferentemente, aos Tabelionatos de Protestos compete recepcionar os documentos de dívida para prova de descumprimento de obrigação, intimar os devedores dos títulos para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto; receber o pagamento dos títulos, dando-lhes quitação; lavrar o protesto, registrando-o em livro próprio; acatar o pedido de desistência do protesto e realizar averbações referentes ao cancelamento do título executivo e das alterações necessárias para atualização dos registros efetuados.

Os titulares são responsáveis por captar o desejo das partes e adequá-lo para a órbita jurídica, mediante procedimentos previstos em lei.

2.1. DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

Antes da concessão dos serviços das serventias extrajudiciais a particulares, os trabalhadores eram servidores do Estado. Após o advento da CF/88 a qual determinou através de seu artigo 236 que as serventias fossem exercidas em caráter privado, tornaram-se os funcionários contratados empregados do titular da serventia e não mais do Estado. A partir daí, os titulares das serventias passaram a assumir as obrigações decorrentes da atividade econômica que exploram.

De outra banda, dispõe o mesmo dispositivo em seu § 1º que a lei regulará as atividades, bem como disciplinará as responsabilidades civis e criminais dos notários, registradores e seus prepostos.

Destarte, com a publicação da Lei nº 8.935/94, houve a disposição de que os titulares poderão contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da **legislação do trabalho**.

Sendo assim, são assegurados a todos os funcionários os direitos garantidos na Consolidação das Leis Trabalhistas, tais como contrato anotado em CTPS, férias acrescidas do terço constitucional, jornada de trabalho não superior a 44 horas semanais, 13º salário, férias remuneradas, FGTS, seguro-desemprego, vale-transporte, licença maternidade, aviso prévio, faltas justificadas e demais garantias previstas no referido diploma legal.

3. DA SUCESSÃO TRABALHISTA

O fato gerador da sucessão é a transferência da titularidade de uma pessoa jurídica ou física para outra, independentemente do título utilizado para que essa transferência se opere (venda, doação, dação em pagamento, cessão, fusão, etc.). O novo titular deve explorar as mesmas atividades do sucedido, servindo-se, para tanto, da mesma unidade econômico-jurídica, transferida de um titular para outro.

A importância do instituto está relacionada à solvabilidade das obrigações trabalhistas.

A interpretação que se extrai dos artigos 10 e 448 da CLT consiste no fato de que qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa (de sociedade limitada para sociedade anônima, por exemplo) ou na mudança da propriedade, havendo substituição parcial ou total dos sócios integrantes da sociedade, não produz alteração nos contratos de trabalho e quem responderá será a unidade econômico-jurídica, independentemente de quem sejam os titulares do negócio.

Conforme ensinamentos de Cassar (2014, pág. 1232):

A sucessão trabalhista de empresários é a transferência da titularidade da empresa, de forma provisória ou definitiva, a título público ou privado, graciosa ou onerosamente, e desde que o sucessor continue explorando a mesma atividade econômica que explorava o sucedido, pouco importando a continuidade da prestação dos serviços pelo empregado, uma vez que o novo titular responde tanto pelas obrigações trabalhistas dos contratos em curso como daqueles que se extinguiram antes da transferência da titularidade [...]

Há três princípios que, basicamente, autorizam tal interpretação: continuidade da relação de emprego, intangibilidade objetiva do contrato de trabalho (o artigo 468 da CLT não permite modificações direta ou indiretamente lesivas ao trabalhador) e, finalmente, a despersonalização do empregador (o requisito da personalidade é exigido somente do empregado, que não pode se fazer substituir no cumprimento do objeto do contrato).

Assim, ocorrendo a transferência de unidade econômico-jurídica, responderá pelas obrigações trabalhistas em relação aos contratos de trabalho vigentes no momento do negócio, como aqueles já findos à essa época, o sucessor. Com isso, pretende-se num primeiro momento, assegurar a satisfação do crédito do empregado para, posteriormente, se for o caso, discutir sucessor e sucedido eventual pendenga entre eles.

Em se tratando de alteração de titularidade em serventias extrajudiciais, muito se questiona a aplicabilidade desse instituto.

O artigo 20 da Lei nº 8.935/94 dispõe que o titular da serventia é o empregador, pois é ele quem auferir renda em decorrência do serviço explorado e assume os riscos dos atos praticados, inclusive dos seus prepostos. Por isso, é o titular que deve assinar a carteira de trabalho de todos seus colaboradores.

Há doutrinadores, como a festejada Vólia Bomfim Cassar (2014, pág. 1262) que defendem a aplicabilidade da sucessão trabalhista nas serventias extrajudiciais. Segundo seu entendimento, ““ao assumir um cartório”, o tabelião titular sucede o tabelião titular anterior, no que diz respeito às obrigações trabalhistas”. Para ela, o titular assume os riscos da atividade econômica, nos termos do artigo 2º, da CLT: “considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço” (grifo nosso).

Para parte da doutrina, o titular, por se equiparar ao empregador na contratação de empregados, corre o risco da atividade exercida, havendo a incidência dos artigos 10 e 448 da CLT.

Parcela da jurisprudência compartilha desse entendimento:

“Recurso de revista. Mudança da titularidade de cartório extrajudicial. Sucessão trabalhista. 1. A sucessão de empresas, nos termos dos arts. 10 e 448 da CLT, não afeta os contratos de trabalho nem os direitos adquiridos dos empregados. Isso implica dizer que o sucessor responde, inclusive, pelos contratos de trabalho já extintos no momento da sucessão, ou seja, por débitos exigidos por Reclamante que nunca lhe prestou serviços. 2. No caso de mudança da titularidade dos cartórios extrajudiciais, havendo a transferência da unidade econômico-jurídica que integra o estabelecimento, além da continuidade na prestação dos serviços, resta caracterizada a sucessão trabalhista nos mesmos moldes da sucessão de empresas, de sorte que o tabelião sucessor é o responsável pelos débitos trabalhistas. 3. Nesse contexto, merece reforma o acórdão regional que deu provimento ao apelo obreiro para reconhecer a responsabilidade trabalhista do anterior titular do cartório” (TST, 4.ª T., RR-474/2003-107-03-00.9, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, DJ 08.09.2006).

Contudo, parece-nos que considerável parcela da doutrina e da jurisprudência pátrias, ao comungarem de idêntico entendimento, partem de premissa equivocada ao afirmar que o novo tabelião “assume os riscos da atividade econômica”.

O titular da serventia não compra um negócio para ser explorado (“cartório”), mas sim recebe a delegação do Poder Público para a prestação de serviços relevantes a toda a sociedade.

O artigo 175 da Constituição Federal dispõe incumbir ao Poder Público a prestação de serviços públicos, sendo o artigo 236 específico aos serviços notariais e de registros, os quais serão exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. O serviço, sendo público, não pode ser renunciado pelo Estado, cabendo a este tão somente transferir a titularidade para a execução. Tal não significa que haverá disponibilidade total sobre a atividade pública, visto que o Poder Público manterá a fiscalização sobre tais serviços através do Poder Judiciário (§ 1º do artigo 236 da Constituição Federal).

A forma de se transferir a execução dos serviços notariais e de registro se dá mediante aprovação em concurso público de provas e títulos (§ 3º do artigo 236 da CRFB). Observa-se, pois, que quem transfere a possibilidade de execução dos serviços é o Poder Público e não o antigo titular da serventia. Surgindo a vaga, esta retorna aos domínios do Poder Público, que é quem delegará ao novo titular o direito à execução dos serviços. Entre o novo titular e seu antecessor não é celebrado nenhum ato negocial em que se ajuste transferência de patrimônio, de direitos e de obrigações (incluindo as obrigações derivadas dos contratos de trabalho).

A investidura ocorre por ato do Poder Público, após aprovação do novo titular em concorrido concurso público de provas e títulos, o que rompe com a suposta cadeia sucessória entre os particulares (antigo e atual titular da serventia).

Nesse sentido, há expressiva jurisprudência, destacando-se a ementa a seguir transcrita:

SUCESÃO TRABALHISTA. CARTÓRIO DE NOTAS OU DE REGISTRO. INEXISTÊNCIA. Esta turma vem adotando o entendimento de que não há sucessão quando a mudança do titular do cartório ocorre nas condições descritas nestes autos. É que, com a exigência feita pela Constituição de 1.988, de concurso público para o ingresso na atividade notarial e de registro, o novo titular assume o cargo e não o patrimônio da antiga empregadora. Como nenhum crédito lhe é repassado, não pode ser responsabilizado pelos débitos anteriores. O serviço cartorial é concedido pelo poder público àquele que foi aprovado em concurso, inexistindo

qualquer transação comercial entre o titular anterior e novo, ou a transferência de patrimônio. A lei, ao estabelecer a responsabilidade do sucessor pelos contratos de trabalho celebrados pelo sucedido, tem em vista a defesa dos direitos já adquiridos pelo trabalhador, que ficariam prejudicados, se, embora ocorrendo a transferência patrimonial, permanecesse o sucedido responsável pelo pagamento das obrigações ajustadas antes da sucessão. TRT 3ª Reg. RO 00910.2003.002.03.00.0, 4ª T. Rel. Juiz Luiz Otavio Linhares Renault. DJ/MG 06/12/2003.

É nítida a diferença entre as serventias extrajudiciais e um estabelecimento comum. Por isso, é equivocado afirmar que a transferência de titularidade de uma serventia extrajudicial deva receber o mesmo tratamento jurídico de um estabelecimento comercial.

Apesar de não serem empresas em sentido estrito, os “cartórios” (serventias) são empregadores por equiparação. Nota-se que o termo *equiparação* significa que empresas e serventias não são sinônimas.

No mesmo sentido, ao dispor o legislador sobre a sucessão trabalhista nos artigos 10 e 448 da CLT, utilizou-se apenas da expressão “**empresa**” sem mencionar outra espécie de empregador, até mesmo por equiparação.

Art. 10 - Qualquer alteração na estrutura jurídica da **empresa** não afetará os direitos adquiridos por seus empregados. (grifo nosso)

Art. 448 - A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da **empresa** não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados. (grifo nosso)

Alterar a estrutura jurídica de uma empresa pode significar tanto uma transformação de tipo societário, quanto uma operação comercial como fusão, incorporação ou cisão – Arruda (2008, pág. 100). Observa-se que nenhuma dessas hipóteses pode ser admitida em se tratando de serventia extrajudicial.

Por não ser admissível a sucessão trabalhista é que o antigo titular da delegação, ao deixá-la, seja por nova outorga, aposentadoria ou outra hipótese qualquer, deverá “entregá-la” ao novo titular com todas as dívidas quitadas. Na decisão abaixo transcrita, fica evidente a diferença entre atividade empresarial comum e a prestação de serviços públicos pelas serventias extrajudiciais.

SERVIÇOS NOTARIAIS. SUCESSÃO INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE PESSOAL DO TITULAR DA SERVENTIA. SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO SÃO PÚBLICOS, POR EXCELÊNCIA, E EXECUTADOS DIRETAMENTE, OU POR DELEGAÇÃO. NÃO HÁ SUCESSÃO POSSÍVEL ENTRE NOTÁRIOS, NO SERVIÇO REGISTRAL, MESMO FRENTE À REGRA DOS ARTS. 10 E 448 DA CLT. PARA QUE HAJA SUCESSÃO DE EMPREGADORES, NO DIREITO DO TRABALHO, É PRECISO QUE A EMPRESA,

ENTENDIDA A EXPRESSÃO COMO ATIVIDADE DO EMPRESÁRIO, PASSE DAS MÃOS DE UM PARA AS DE OUTRO EMPRESÁRIO, POR QUALQUER MODO (VENDA, CISÃO, FUSÃO, ETC.), E QUE OS CONTRATOS DE TRABALHO NÃO SOFRAM SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE. SE OS SERVIÇOS REGISTRADOS SÃO PÚBLICOS, PERTENCEM AO ESTADO, E NÃO AOS PARTICULARES. LOGO, NÃO SÃO CESSÍVEIS POR ATO ENTRE VIVOS. O QUE NÃO É CESSÍVEL NÃO É SUSCETÍVEL DE SUCEDER. ASSIM, O NOTÁRIO TITULAR DA SERVENTIA É RESPONSÁVEL PELAS DÍVIDAS E OBRIGAÇÕES QUE CONTRAIR, AINDA QUE ESSAS OBRIGAÇÕES SEJAM DE CUNHO INDENIZATÓRIO-TRABALHISTA. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região 10012-2001-491-01-00-0. JULGADO EM 29-082003, POR UNANIMIDADE. PUBLICAÇÃO: DORJ DE 24-09-2003, P. III, S. II, FEDERAL. RELATOR: JUIZ JOSÉ GERALDO DA FONSECA. TURMA: 7ª

Como já explanado, ao assumir uma serventia, o titular se responsabilizará pela aquisição de materiais, maquinários, móveis e na contratação da mão de obra. Sendo assim, ao deixar a serventia poderá, caso acordado com o novo titular, realizar a locação dos bens móveis ou imóveis. Segundo o artigo 21 da Lei nº 8.935/94, compete ao titular o gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais, sendo, inclusive, de sua responsabilidade:

Art. 21: O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.

De qualquer forma, analisando a estrutura jurídica *sui generis* das serventias extrajudiciais- a qual abrange preceitos de direito público e privado-, conclui-se através dos ensinamentos de Ana Luísa de Oliveira Nazar de Arruda (2008, pág. 110), a ausência de sucessão trabalhista do novo titular, pelos fatos de que:

- a) Trata-se da prestação de serviço público essencial para o exercício de direitos;
- b) O serviço público é, por lei, prestado de forma exclusiva;
- c) A investidura na função se efetiva por concurso público, ato **originário**;
- d) Não há livre ajuste de preço dos serviços prestados, sendo os emolumentos tributos na espécie taxa, fixados por lei e submetidos a todas as limitações tributárias;
- e) Não há relação negocial com o usuário, há relação administrativa;
- f) Não há manifestação de vontade por parte do titular da delegação, que deve prestar o serviço observando rigidamente as disposições legais;
- g) Há ampla fiscalização dos serviços prestados pelo Poder Público;
- h) Serventias extrajudiciais não são empresas, não assumem o risco da atividade;
- i) Nas serventias extrajudiciais não se visa o lucro, devendo ser prestado o serviço, mesmo se deficitárias;
- j) Serventias extrajudiciais não possuem personalidade jurídica;
- k) Não há clientela e, como regra, há limitação territorial da atuação;
- l) Os titulares da delegação são agentes públicos em sentido lato;
- m) Os livros dos cartórios não pertencem aos titulares, e sim ao Estado;
- n) Os artigos 10 e 448 da CLT são expressos ao se referem às empresas apenas.

A aplicação da sucessão trabalhista afastaria o interesse público e desestimularia as novas outorgas, ante a falta de interesse do novo titular em assumir a prestação de um serviço público e herdar um passivo dos seus antecessores.

Acreditar na sucessão trabalhista das serventias extrajudiciais é, portanto, privar a população da boa prestação de um serviço público por pessoa qualificada, privilegiando aquele que inescrupulosamente sugou todas as rendas da serventia deixando dívidas, conforme sustenta Arruda (2008, pág. 111). Nesse pensamento, estaria se admitindo uma norma jurídica imoral, o que não é admissível para o mundo do Direito que preza, desde sempre, a máxima da boa-fé.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, tendo-se como base a Constituição Federal e analisando a problemática e polêmica discussão acerca da (in) aplicabilidade do instituto da sucessão trabalhista, constata-se que nas serventias extrajudiciais há a extinção de uma delegação, seja ela por qualquer motivo (aposentadoria, por exemplo) e a assunção de um novo responsável aprovado em concurso público de provas e títulos. A atividade notarial, comumente e erroneamente tratada como “cartórios”, trata-se de um serviço público, obrigatoriamente delegado pelo Estado a um particular, responsável pela administração da serventia, aquisição de materiais, locação de imóveis, compra de equipamentos e contratação de funcionários regidos pelas CLT. Diante desse vínculo de emprego regido pelas normas trabalhistas, há a dificuldade na interpretação da responsabilidade jus laboral. Consequentemente, há aplicação errônea do instituto da sucessão.

Ao receber a delegação do Estado, o titular assume a serventia, recebendo tão somente os livros, sem que haja qualquer relação com o antigo titular. Inclusive, o novo titular pode assumir a serventia em outro local, diferente daquele que já era praticado o serviço público, bastando apenas a comunicação ao Juiz Corregedor competente. Com essa outorga do Estado, há uma ruptura na suposta cadeia sucessória, pois com a vacância a serventia retorna ao Estado e este, por sua vez, nomeia um novo agente delegado, outorgando-lhe a titularidade. Cuida-se de aquisição originária. Entendimento contrário estimularia a má-fé do antigo titular, pois este, sabendo da nova titularidade, poderia deixar de arcar com suas obrigações trabalhistas.

É controvertido o entendimento nos Tribunais Regionais do Trabalho acerca da inaplicabilidade da sucessão. Afinal, com a publicação da Carta Magna, passou a ser requisito a aprovação em concurso público para ingresso na atividade notarial e de registro. O novo titular recebe do Estado o direito de explorar o serviço público mediante concessão e não o patrimônio da antiga empregadora. É inadmissível pensar que o mesmo deva assumir os ônus da serventia se nenhum crédito lhe foi repassado. Não poderá o novo titular, então, ser responsabilizado por débitos do seu antecessor. A aprovação em concurso público, a investidura e a transferência dos livros e documentos necessários à prestação dos serviços não são suficientes para caracterizar a transferência do patrimônio econômico.

O entendimento adotado no presente estudo ainda não reflete a posição majoritária da jurisprudência trabalhista. Contudo, ao que parece, ganha espaço a vertente interpretativa que defende a inaplicabilidade do instituto da sucessão trabalhista nas hipóteses de alteração de titularidade nas serventias extrajudiciais. O presente trabalho tem por objetivo contribuir para que se dê a melhor interpretação do direito à situação em análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Ana Luísa de Oliveira Nazar de. **Cartórios Extrajudiciais: Aspectos Cíveis e Trabalhistas**. São Paulo: Atlas, 2008.

ASSUMPTÃO, Letícia Franco Maculan. **Função Notarial e de registro; concurso público, regime jurídico e responsabilidade civil**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2011.

BENÍCIO, Hércules Alexandre da Costa. **Responsabilidade Civil do Estado decorrente de atos notariais e de Registro**. Revista dos Tribunais e Instituto do Registro Imobiliário do Brasil (IRIB). São Paulo, 2005.

BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

_____. Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região. Recurso nº 10012200149101000 RJ 10012-2001-491-01-00-0. Relator JOSÉ GERALDO DA FONSECA. Rio de Janeiro. Julgado em 29 de agosto de 2003. Disponível em: <http://trt-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19082175/10012200149101000-rj-10012-2001-491-01-00-0-trt-1>. Acesso em 10 de Outubro de 2015.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista. AIRR 1424402120035010241 142440-21.2003.5.01.0241. Relator Horácio Raymundo de Senna Pires. Brasília. Julgado em 31 de outubro de 2007. Disponível em: <http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1481523/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-1424402120035010241-142440-2120035010241>. Acesso em 10 de Setembro de 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Especial nº 201.595-4/SP. Relator Min. Marco Aurélio. 2ª Turma. DJU 20/04/2001. Acesso em 05 de Outubro de 2015.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. – 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CENEVIVA, Walter. **Lei dos Notários e Registradores Comentada**. Lei 8.935/94. São Paulo: Saraiva, 2008.

NALINI, José Renato. **Registro de Imóveis e notas: responsabilidade civil e disciplinar (obra conjunta)**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**, 21ª ed. Forense. Rio de Janeiro, v.1, 2005.

SILVEIRA, Helder da. **Registro Civil das pessoas naturais: legislação e prática**. Imprensa: Brasília, Bandeirante, 2011.

VELOSO DOS SANTOS, Reinaldo. **Registro civil das pessoas naturais**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.